

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.117 - MG (2019/0123492-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : IVAN JUNQUEIRA RIBEIRO - MG069461  
MARIANA CHAGAS LEITE NAVES - MG112247  
**RECORRIDO** : DANILO CARNEIRO TELLES  
**RECORRIDO** : DEBORA DUARTE COSTA CARNEIRO TELLES  
**ADVOGADO** : MÁRIO CÉZAR ZUCOLIM BELASQUE - MG046706

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. REVOLVIMENTO DO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSENTE A SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ITAÚ UNIBANCO S.A em face de acórdão do TJSP, assim ementado:

*EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - IMPUGNAÇÃO DE ENCARGOS, JUROS E CAPITALIZAÇÃO- NECESSIDADE DE ARGUIÇÃO EM AÇÃO AUTÔNOMA DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. TARIFAS COBRADAS SEM PREVISÃO CONTRATUAL. EXCLUSÃO DO SALDO DO DEVEDOR. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO.*

*- Incumbe ao recorrente, em ação autônoma, formular pedido de revisão, questionando judicialmente os lançamentos indevidos e as cláusulas porventura abusivas presentes na avença.*

*- A ação de prestação de contas presta-se ao acertamento dos débitos e créditos entre as partes fundada nas obrigações mutuamente assumidas no contrato, e não a declaração de eventuais ilegalidades de encargos, o que deve ser buscado por meio de ação de revisão de contrato bancário.*

*- Cabível o questionamento em sede de prestação de contas quanto á cobrança de tarifa não contratada, devendo ser excluída do saldo apurado contra o devedor.*

*- Preliminar de ausência de fundamentação rejeitada.*

*- Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada.*

- *Recurso não provido.*
- *Sentença modificada de ofício, quanto ao termo inicial dos juros de mora.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.070/1.085).

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente apontou, além do dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 327, § 1.º, I; e 550 do Código de Processo Civil/2015, "pois a ação de prestação de contas não permite a entrega de prestação jurisdicional típica das ações revisionais pela completa incompatibilidade entre os ritos processuais", entretanto, a Corte local, "ao alterar a taxa de juros praticada, a periodicidade da capitalização, afastaram tarifas e outros encargos, foi entregue ao caso uma prestação jurisdicional típica das ações revisionais, o que viola frontalmente os referidos dispositivos que disciplinam o rito especial".

Aponta dissídio jurisprudência com relação ao Recurso Especial Repetitivo n.º 1.497.831/PR, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe 07/11/16.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (fl. 1.161/1.162).

É o relatório.

Passo a decidir.

Delineada a matéria em deslinde, observo, no que toca à impossibilidade de cumulação do pedido de prestação de contas com a revisão de contratos, diante da incompatibilidade entre os ritos processuais, que a Corte estadual assim consignou:

*Assim, em que pese a procedência do pedido de prestação de contas (primeira fase), entendo que não é cabível, transformar a ação de prestação de contas; em segunda fase, em uma verdadeira ação revisional.*

*A ação de prestação de contas; presta-se ao acerto dos débitos e créditos entre as partes, fundada nas obrigações mutuamente assumidas no contrato, e não a declaração de eventuais ilegalidades de encargos, o que deve*

*ser buscado por meio de ação de revisão de contrato bancário.*

*Somente no que concerne à cobrança de taxas e tarifas não Contratadas, seria possível a prestação de contas, ou seja, a apuração de débito e crédito, pois não se está discutindo a legalidade dos valores contratados, mas apenas excluir do débito valores cobrados sem previsão contratual.*

*O que não se permite é a revisão em ação de prestação de contas de encargos e tarifas previstos no contrato, sendo possível questionar a cobrança de valores que não foram pactuados entre as partes.*

*No caso em comento, a perícia judicial realizada, ao analisar as contas apresentadas pela instituição financeira, apurou a cobrança de taxas e tarifas não contratadas, cujos valores totalizaram R\$4.756,64.*

*Confira-se a respeito, o quesito 5, da perícia constante de fl. 611:*

*"Os débitos denominados "tarifas, excesso", "juros sem excesso limite", "taxa de telefone", "seguro", "excesso", "juros", "tarifa adiant", "débitos diversos" e "outros débitos", etc. foram expressamente contratadas pelas partes (contrato assinado)?*

*Em caso de resposta afirmativa transcrever a cláusula contratual ou juntar o documento bilateral que autorize cada um dos lançamentos, no período, desde a abertura da conta. Em caso de resposta negativa apontar o excesso decorrente da cobrança ilegal.*

*Caso não haja contratação ou documento bilateral que autorize qualquer dos lançamentos, o ilustre Perito deverá desconsiderar o respectivo lançamento, quando da elaboração do demonstrativo de cálculo, objeto do quesito nº 1, apontando excesso decorrente de sua exclusão ao final do cálculo (resumo final).*

*Resposta: Não existe nos autos nenhum contrato ou comunicado ao autor referente aos débitos mencionados, sendo excluídos dos cálculos anexos."*

*Transcreve-se, ainda, o quesito 15:*

*"Queira o i. Perito informar, em separado, por rubrica (denominação), o montante dos lançamentos não contratados debitados, em todo o período, na conta corrente?*

*Resposta: Conforme demonstrado na planilha em anexo, o montante dos lançamentos não contratados debitados na conta do autor foi de R\$4.756,64 (quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), atualizado pelo INPC até 29/10/2008."*

*Portanto, se tais tarifas não foram contratadas, não podem ser computadas no saldo devedor do requerente, devendo ser excluídas.*

Como se vê, forte na análise do conjunto fático-probatório da causa, a Corte local deu conta de que a única discussão admitida na ação de prestação de contas seria a verificação dos lançamentos em conta para verificar a sua conformidade com o contrato celebrado.

Destarte, elidir a conclusão da Corte local - no sentido de que a parte aqui estaria pleiteando a alteração ou revisão das cláusulas contratuais, ou seja, a ação se revestiria de verdadeira ação revisoral - demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Noutro giro, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1.º, do CPC/2015, e 255, § 1º, do Regimento Interno deste STJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. No caso concreto, a simples leitura dos acórdãos recorrido e paradigma é suficiente para concluir que não há similitude fática entre os casos confrontados. Com efeito, o caso dos autos não trata da alteração das bases do contrato mantido entre as parte, não cabendo, portanto, cotejá-lo com o aresto paradigma apontado pelo Banco recorrente.

Assim, a realização do *distinguishing* demonstra claramente que o acórdão adotado como paradigma difere substancialmente do acórdão recorrido, o que explica a *ratio decidendi* diversa.

Assim, não merece amparo o recurso.

**Ante o exposto, não conheço do recurso especial.**

Nesse contexto, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro o valor dos honorários advocatícios arbitrados para sentença e no acórdão para 15% sobre o valor atualizado da causa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**